

Arte e utopia: a condição im-possível do exílio

Fernando José Pereira

(Universidade do Porto)

Citação: Fernando José Pereira, "Arte e utopia: A condição im-possível do exílio", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 2 (2004). ISSN 1645-958X

<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>

A actual produção artística, a chamada arte contemporânea, debate-se com problemas de fundo que lhe advêm do seu estado de interioridade compulsiva.

As alterações introduzidas pelo alargamento territorial apresentaram-se, também, propícias a uma quase total desfiguração das premissas essencialistas de ultrapassagem espacial – a famosa noção de “expanded field” avançada a partir dos anos sessenta encontra-se agora institucionalizada na prática “normalizada” da instalação. A cumplicidade hoje existente entre as várias componentes identificadoras da instituição artística e os mecanismos de socialização do sensível permite reconhecer a actualidade como praticamente isenta da potencialidade desejante da utopia. O pragmatismo dos níveis de audiência, a corrida desenfreada pela espectacularidade e sucesso mediático, e, finalmente, a ideia de que a pluralidade é o registo da ausência da ideia vanguardista, potenciam uma espécie de aporia que se apodera das situações tornando-as perigosamente acrílicas e inócuas. O registo desejante e utópico parece afastado para premissas temporais passadas. O que fundamentalmente nos interessa é questionar ou, pelo menos, proceder à tentativa de identificação desta constatação. Intencionar e entender os porquês de uma apatia doentia. O “algo que falta” a que se referia Ernst Bloch e que potencia o desejo parece ter sido substituído pela aporia, aquela espécie de contingência que impossibilita a possibilidade e é, curiosamente, aceite de forma voluntária.

A ideia de que a utopia e todos os seus desenvolvimentos passados se apresentam como essência do problema, isto é, a noção generalista de que os desenvolvimentos vanguardistas estabelecem um paralelismo claro com as práticas utópicas e totalitárias do séc. XX – veja-se Arthur C. Danto – revela-se, antes de mais, como uma forma simplificada de solucionar o problema. Para nós a solução encontra-se numa desmontagem mais aprofundada da questão utópica e, talvez aí, se encontre uma proposição desejante que permita a reintrodução das suas premissas nas estruturas de pensamento artístico contemporâneo.

Diz, com a ironia que o caracteriza, Luís Castro Nogueira: “É notório que não tenha havido até agora nenhuma utopia que seja das razões mas apenas da Razão.” (Nogueira, 1986: 70 – tradução minha) O que este teórico espanhol está a referir com clareza é a permanência, quase absoluta, no pensamento utópico de uma tradição iluminista que opera no seio da Razão. O que parece ser apenas uma questão linguística revela-se, contudo, bem mais complexa.

Classicamente as ideias de utopias têm sido imaginadas como ilhas, enclaves ou colónias: espaços delimitados (Anderson 2004) mas que têm a particularidade de ser exteriores. O que fazer em época de interioridade compulsiva? Parece ser já um lugar comum a ideia pragmática e aparentemente distópica de que nada é possível fazer. Dizia-nos Jean François Lyotard, há já uns anos atrás, que o capitalismo não era introdutível no seu esquema de falência das grandes narrativas exactamente por se apresentar como algo inerente à condição humana. As situações entretanto criadas puderam ser testemunhas de um fechamento evolutivo potenciado pela sua paradoxal expansibilidade. O prognóstico marxista de que o capital entraria em crise quando se deparasse com a sua impossibilidade expansiva aí está para o provar.

Pareciam ter passado os dias das convulsões sociais, dos antagonismos violentos, Fukuyama vaticinou o final da História. Mas cedo se arrependeu. Os acontecimentos recentes fundaram uma nova fase que se caracteriza por um realinhamento estratégico das variadas oposições em jogo. Uma coisa é, contudo, certa: a modernidade constitui-se, como afirma o sociólogo polaco Bauman, como fundamentalmente líquida, isto é, não adaptável a esquemas rígidos de pensamento ideológico e, pelo contrário, de uma grande permeabilidade a todas as estruturas de penetração, agora, endógenas. A crise do capitalismo tardio manifesta-se nesta falta de se manifestar. Aparentemente as questões são sempre outras.

Encontramos, então, uma situação de ilusório apaziguamento, aquela acalmia a que se refere Fredric Jameson no seu texto intrinsecamente dedicado à questão da utopia e assim designado. Refere-se o autor americano a estes períodos como aqueles em que as potencialidades do pensamento utópico se desenvolver se encontram mais sensíveis. Talvez o nosso tempo e o nosso espaço estejam em condições propícias para a produção destes pensamentos. É o mesmo autor que refere: “Já sugeri que o

pensamento da totalidade – o sentimento urgente da presença em nosso redor de algum sistema globalizante que ao menos possamos nomear – tem o benefício palpável de nos obrigar a conceber, pelo menos, a possibilidade de sistemas alternativos, algo que agora podemos identificar como o nosso velho amigo: o pensamento utópico.” (Jameson 2000: 70 – tradução minha)

Se as possibilidades de distanciamento exterior se quedam, então, pela impossibilidade, elegemos a possibilidade do desejo como única forma de continuar a manter distanciamento da condição aporética da apatia.

Propomos, então, uma posição de questionamento do problema da utopia. Como atrás vimos, este não é de fácil resolução, posicionando-se como uma das noções que fracturam a sociedade - daí que exista, também, uma necessidade de explicitação daquilo que pretendemos ao convocar tal noção.

Antes de mais, é necessário que se esclareça o equívoco que povoa, tantas vezes, o imaginário social quanto à existência de uma antinomia entre utopia e distopia, que poderá corporizar um desvio relativamente à oposição que nos interessa focar: utopia vs. aporia. São noções que não se afirmam como pólos de uma mesma condição. Colocam-se, antes, na mesma linha de distanciamento que Deleuze propõe, no seu livro sobre Sade e Masoch, para a pretensa relação entre as duas noções.^[1]

Torna-se necessária esta distinção entre utopia e distopia, por ser, erradamente entendida, como uma oposição que se afirma, inclusive, no âmbito do político. Ora tal, efectivamente, não acontece.

A grande diferença e factor de distanciamento existente entre a noção de utopia e distopia prende-se com o carácter não narrativo da primeira, aqui sim, oposto à opção narrativa da segunda. A utopia fundamenta-se em mecanismos de construção dos desejos de liberdade – em seu nome tantos crimes foram, entretanto, cometidos. O mecanismo configura, de certa forma, a fonte operativa do totalitarismo, veja-se Kafka, por exemplo – que se afasta de configurações narrativas de programas visíveis a curto prazo. O que, aliás, faz a noção de distopia ao promover narrativas de catástrofes, inibidoras do desejo de mudança.

Pretendemos provar a não oposição entre as duas noções por distanciamento de posições, o que implica, antes de mais, uma revisão dos antagonismos sempre necessários à sua existência. Neste momento interessa-nos a determinação da validade da utopia frente à aporia, uma vez que esta se afirma de forma tangível como oposição verdadeira àquela.

Situamos a utopia no campo das possibilidades em aberto pelo desejo. Ao proceder desta forma estamos a encaminhar a nossa argumentação para o campo da psicanálise. Aqui, a questão da utopia é necessariamente olhada de uma perspectiva diferente que, contudo, nos interessa.

Para a visão psicanalítica, nomeadamente a visão lacaniana, a relação que é possível estabelecer com a utopia é impossível. Existem demasiadas condicionantes que não permitem a sua adopção. A questão central levantada por esta ciência prende-se, não com a hipótese utópica, mas antes, com o seu potencial resultado. Têm do seu lado variados exemplos históricos que confirmam a tendência que o pensamento utópico – aquele que se liga à Razão – tem para a produção de sistemas totalitários de pensamento, e potenciam, nos factos, a construção de uma teoria que se opõe, por completo, ao modelo único de pensamento. Mas não quer dizer que a opção seja realizada em torno do modelo aporético. Pelo contrário, existe para a escola de pensamento lacaniano a constatação da aporia como causa directa da situação de apatia e presente perpétuo em que nos encontramos.

O que nos propõem é, antes, uma teoria que pelas suas especificidades se apresenta como pós-utópica. O que isso significa é o que veremos seguidamente.

Lacan entendia a noção de utopia como uma dificuldade que, pelas suas implicações sociais, se apresentava como uma muito problemática área.

Segundo a visão que a psicanálise nos propõe, existem algumas premissas fundamentais para que estejam criadas as condições de aparecimento do que designa por sonho utópico. A principal delas é a instabilidade social que, a partir da sua insurgência potencia o conflito e, como tal, o antagonismo. Surge, então, a necessidade de ultrapassagem da contingência e a utopia apresenta-se como solução. Simplesmente, na visão lacaniana, a utopia, que como vimos se gera no interior do conflito, produz sempre o seu negativo que se apresenta como elemento perturbador e, como tal, necessariamente alvo de eliminação. Daí a consagração de todos os pretensos sonhos utópicos que são conhecidos e tornados realidade – nazismo e estalinismo corporizam esta vertente no século XX – pela eliminação do antagonismo.

O argumento psicanalítico é iniciado a partir da constatação de que só existe fantasia devido a uma deslocação real da situação de antagonismo projectada em termos sociais: “Fantasy negates the real by

promising to 'realise it', by promising to close the gap between the real and reality, by repressing the discursive nature of reality's production" (Stavrakakis 1999: 107).

É sabido que para Lacan o real é o impossível, daí que a enunciação, mesmo que fantasiosa, da sua realização, apareça aos seus olhos problemática. Ou seja, para Lacan a impossibilidade é a afirmação do político. Essa impossibilidade corporiza-se em sistemas que evitam a fantasia. Teoricamente a democracia, mas também, perigosamente, o pragmatismo liberal. A argumentação de Derrida em torno da ideia de impossibilidade vem colocar algo de novo nesta proposição lacaniana. Para o autor francês a impossibilidade apresenta-se, também, como ponto de partida, nomeadamente, do político. Mas em latitudes divergentes, aqui a impossibilidade abre a hipótese de possibilidade. O que esta proposta quer introduzir na sua intencionalidade desconstrutiva é a carga desejante que a negatividade do impossível incrementa. A alteração lexical para im-possível transfigura-a em positividade. Ao contrário da aporia, a condição desejante da utopia introduz a dualidade constitutiva de im-possibilidade da possibilidade. Por certo um desafio, de certeza uma condição necessariamente experimental. Uma contingência de proximidade entre as práticas artísticas e o pensamento político contemporâneos.

A argumentação psicanalítica apresenta-se, aparentemente, como oposta à proposição de Jameson. Se os primeiros vêm o conflito e o antagonismo como fonte essencialista da ideia utópica já o segundo nos avisa da sua maturação em períodos de acalmia política. Em nosso entender ambas as posições contribuem para a desmontagem contemporânea desta noção. A grande diferença entre as duas propostas encontra-se na sua condição de viabilidade. A escola lacaniana preocupa-se estritamente com os resultados e tem do seu lado, como verificámos, todo o manancial de acontecimentos que povoaram dramaticamente o século XX. Jameson propõe, apenas a possibilidade desejante. Não como enunciação de solução mas, antes, como hipótese em aberto. Deve referir-se, também a este propósito, o excelente contributo fornecido pela dupla de investigadores políticos Chantal Mouffe e Ernesto Laclau em torno da sua noção de democracia radical. Uma potenciação da incompletude do sistema democrático através da exaltação da condição antagonista como essência sistemática.

Os factos apresentados como resultados dos sonhos utópicos podem ser contestados, à luz da noção que defendemos. Mais uma vez, a questão central da pretensa confusão existente entre os produtos atribuídos ao sonho utópico passa pela argumentação errada da noção de totalidade. Esta foi sempre apresentada como resultado completo de uma necessidade de harmonia colectiva. Aqui se encontra o problema, pois não existe qualquer possibilidade de harmonia colectiva, por várias razões, que vão desde a característica humana para o antagonismo e a diferença, até à sua necessária repressão e eliminação. Contudo, devem poder co-existir possibilidades – e esta é, como temos vindo a insistir, a palavra fundamental – de organizar o sonho utópico fora do centralismo totalizador e que mantenham uma relação com a noção de totalidade que as distancie da anterior. A noção de diferença, como corolário da substituição do centralismo, propõe uma relação não quantitativa com a realidade potenciadora do antagonismo. A opção passa, então, pela constituição de pequenos grupos que produzem uma identidade própria baseada na sua diferença, mas que logo se transforma, novamente, por afirmação separatista em outra identidade, isto é, em diferença. O problema mantém-se nas dualidades que se revertem mutuamente. O caso mais extremo da dualidade estará, curiosamente, na face do próprio capitalismo tardio e da sua actual expansão totalizadora. Implementada segundo propostas de sonhos de identidade propulsoras de diferenças, o fomentar das necessidades do mercado e a moda são produzidas, deste ponto de vista, de acordo com as premissas da, tão criticada, utopia. Daí o carácter fragilizado da denúncia do sonho utópico como forma, unicamente, totalitária.

Trata-se, então, da questão central da possibilidade e da sua estruturação como im-possibilidade e jamais interessada na paradoxal construção tangível do sonho, isto é, obviamente a negação da intencionalidade desejante.

Uma possibilidade não negligenciada em favor de propostas datadas. Uma reconceptualização da noção de utopia, despida de toda a carga negativa que lhe foi sendo incorporada. Uma adaptação a um presente que, exactamente, por se afirmar eterno, necessita de ser repensado em termos de desejo de mudança. Obviamente, no interior de um pensamento democrático que pela sua natural característica de incompletude (Laclau 1996) se apresenta como o mais interessante. Ou seja, do ponto de vista lacaniano, uma possibilidade pós-fantasmática, que afaste, de vez, a fantasia da harmonia e reconheça todos os mecanismos de antagonismos essenciais à participação e desejo de mudança.

Afirmar o interesse na reconceptualização da noção, em direcção a premissas que a aproximem da sua essência semântica poderá ter um interesse acrescido na sua clarificação contemporânea. Será necessário recordar que a etimologia da palavra se configura como ligada a noções de espaço: topos – lugar; u – não; utopia – em lugar algum (Calinescu 1987). A sua realização, não concretizável, senão ao nível do desejo, transforma-a em uma validade não totalitária. Por que não, então, dar razão a Castro Nogueira quando se recusa a entender a utopia como Lugar mas, antes, como lugares – topoi. Diz este

pensador espanhol que indagar das texturas destes lugares será, sem dúvida, o tema dos nossos tempos.

Mas é, exactamente, o espaço e os lugares que problematizam a relação que propomos para a Arte Contemporânea, no seu desejo de continuar a poder pensar o indeterminismo da sua inclusão e paralisia territorial, isto é, o desejo de uma existência exilada.

A noção de existência exilada é configurada por Jean-Luc Nancy a partir de algumas considerações filosóficas de origem heideggerianas. E que nos interessam como possível ponto de partida para a sua reconfiguração ao campo de que nos ocupamos.

Em Nancy existe uma alteração na noção de exílio, que passa de uma condição de passagem para a situação de não retorno. Para tal, procura exemplificar a noção com o exemplo do Dasein de Heidegger, o ser que consiste na existência humana. Segundo o filósofo francês, o que agora está em causa é apenas a primeira parte da palavra, isto é o ex. A instância, segunda parte da palavra, parece ter sido abandonada a partir da fragmentação efectuada no sujeito, para corporizar uma espécie de exílio, um estar fora de, ex solum, origem latina da palavra que poderíamos actualizar para fora do seu lugar. A noção de existência exilada aparece, então, como um composto semântico, que se afirma univocamente e que, paradoxalmente, se apropria de um carácter positivo que anula o negativismo que se lhe encontra, tradicionalmente, associado. É, aliás, curiosa a relação que existe em termos de proximidade semântica, entre as noções de utopia e exílio: em lugar algum / fora do seu lugar. Escrevemos em texto anterior que o mais fascinante na condição do exilado é a possibilidade de ver de fora (Pereira 1997). Mantemos a premissa. Só que, o ver de fora revela-se impossível nas actuais condições, daí a condição de possibilidade do desejo.

Esta é a condição determinante para a existência da Arte Contemporânea, depois de tantas vezes ter sido decretada a sua morte. Uma espécie de refúgio contra eventuais sentenças de morte – Danto não fala de morte, mas fala de fim – que se manifesta longe da negatividade que lhe é atribuída. Potencia, inclusive, uma possibilidade em aberto de continuidade. Não um regresso, não um interregno, antes, um estar diferido (Foster 1996) que lhe permite a lucidez crítica, isto é, o distanciamento possível para encetar os novos caminhos com que agora se confronta.

O desejo utópico de alcançar a exterioridade – a positividade do exílio baseia a sua estruturação constitutiva na descoberta contínua das texturas dos novos lugares – encaminha o pensamento da arte contemporânea para latitudes distantes da sua condição aporética e endógena. Sabemos que por ter sido confinada a um plano interno – que partilha, aliás, com toda a restante actividade humana – não possui qualquer característica emancipadora, isto é, o grau de independência que lhe permita uma visibilidade externa aos antagonismos da dicotomia necessária.

As premissas que avançamos em direcção a uma utopia de existência exilada só poderão ser, então, compreensíveis se entendidas segundo a perspectiva lacaniana da possibilidade. A utopia que propomos é baseada numa esperança fundada na legitimação democrática que lhe advém da sua recusa intrínseca de eliminação do conflito. Ora, entendida no universo restrito da prática artística, esta condição conflituosa é, antes de mais, a relação complexa que é estabelecida em torno da noção de experimentação. Aqui reside a possibilidade da utopia. A possibilidade de uma existência exilada, isto é, uma existência que por ser extraterritorial – mesmo que e só ao nível do desejo – se apresenta como apta a experimentar e a arriscar.

Ao determinarmos a utopia como possibilidade encontramos argumentos que corporizam o desejo de uma existência num espaço de “extraterritorialidade” que lhe permita um constante distanciamento lúcido perante os esquemas de poder, nomeadamente na actual obsessão com o controlo do imaginário operado a partir da massificação digital. A utopia como possibilidade tenta resolver o problema da existência no exterior, antes de mais, por remeter directamente para o campo das hipóteses experimentais em aberto e não para a consecução de um qualquer projecto fantasmagórico de apropriação do negativo. A noção, segundo a queremos entender, devidamente contextualizada no âmbito das práticas artísticas contemporâneas, propõe o reconhecimento de uma tensão constitutiva e de uma espécie de institucionalização da desarmonia que a torna, sempre, num projecto incompleto, aberto. Quer dizer, utópico.

Notas

[1] - Prova, o autor francês, que não existe qualquer relação entre uma condição e o outra. Aliás nas últimas linhas do seu texto edifica onze proposições para provar a inexistência daquilo que denomina o monstro semiológico do sado-masquismo (Deleuze 1967).

Obras Citadas

Anderson, Perry (2004), “El rio del Tiempo”, *New Left Review*, nº 25, pp.35-45.

Bauman, Zygmunt (2003), *Modernidad Líquida*, Buenos Aires, Corridor.

Calinescu, Matei (1999), *Five Faces of Modernity*, Durham, Duke University Press.

Danto, Arthur C. (1997), *Después del Fin del Arte – El Arte Contemporáneo y el linde de la historia*, Barcelona, Paidós.

Deleuze, Gilles (1973), *Sade/Masoch*, Lisboa, Assírio & Alvim.

Foster, Hal (1996) *The return of the real*, MIT Press.

Fukuyama, Francis (1993), *The End of History and the Last Man*, New York, Avon Books.

Jameson, Fredric (2000), *Las Semillas del Tiempo*, Madrid, Editorial Trotta.

Laclau, Ernesto (1996), *Emancipation(s)*, London, Verso.

Lyotard, Jean François (1979), *A condição Pós-moderna*, Lisboa, Edições Gradiva.

Mouffe, Chantal & Ernesto Laclau (1985), *Hegemony and Socialist Strategy*, London, Verso.

Nancy, Jean Luc (1996), “La existência exilada”, *Archipiélago*, 26-27, pp. 24-39.

Nogueira, Luis Castro (1986), *Ensayo General para un Ballet Anarquista*, Madrid, Ediciones Libertarias.

Pereira, Fernando José (1997), *3tr*, Beja, Projecto Além da Água.

Stavrakakis, Yannis (1999), *Lacan & the Political*, London/New York, Routledge.